

Carta Aberta sobre o Leilão A-5 de Hidrelétricas e a Proteção dos Rios

10 de setembro de 2025

Assunto: Leilão A-5 (22/08/2025) – preocupações socioambientais, transparência e nossas solicitações para expansão da demanda energética, de menor impacto socioambiental

I. RESUMO

Em 22 de agosto de 2025, o Brasil realizou o Leilão A-5, voltado para empreendimentos hidrelétricos, com 241 projetos cadastrados, totalizando cerca de 3,0 GW de potência. O leilão resultou na contratação de 815 MW distribuídos em 65 usinas (CGHs/PCHs e sete UHEs), com início de suprimento previsto para 1o de janeiro de 2030 e contratos de 20 anos.

Em pronunciamentos oficiais, foi afirmado que cada GW gerado (com até 50 MW por usina) equivaleria a 60 mil empregos, 120 toneladas de aço e 2,5 milhões de m³ de concreto, destacando-se o estímulo à indústria siderúrgica nacional. Segundo a EPE, as projeções de demanda elétrica foram atualizadas e um novo inventário hidrológico foi preparado, ainda sem acesso público. A demanda estaria ancorada no aumento da geração e no crescimento da produção industrial em diversos setores.

Como organizações da sociedade civil brasileira, dedicadas à proteção dos rios e aos direitos humanos e das populações indígenas e comunidades tradicionais e ribeirinhas, bem como a população das periferias das cidades, que dependem diretamente dos rios, expressamos sérias preocupações quanto à estratégia de retomada de hidrelétricas e aos impactos associados, sobretudo em bacias sensíveis e em Terra Indígenas e Territórios, o que vai contra a Constituição Federal.

Nota de dados: Os números acima derivam de comunicados em informes públicos pelo MME, ANEEL e EPE, antes realizar o Leilão A-5 realizado em 22/08/2025.

II. NOSSAS PREOCUPAÇÕES

- **Necessidade do leilão e demanda real:** Qual a base metodológica que justifica a contratação de nova capacidade hidrelétrica em 2030, diante do avanço da eólica, solar e armazenamento, além dos ganhos de eficiência? Onde estão os estudos comparativos de custo-benefício e riscos climáticos entre a opção hidrelétrica e alternativas menos impactantes?
- **Risco climático e segurança hídrica:** Como as secas severas recentes (ex. 2021 e 2023-2024) foram incorporadas ao cálculo da garantia física? Qual o plano para evitar prolongado acionamento térmico e sobrecusto ao consumidor em períodos de reservatórios baixos?
- **Impactos cumulativos em bacias:** Foram realizadas as Avaliações Ambientais Estratégicas (AAEs) e os estudos sobre efeitos cumulativos e sinérgicos de múltiplas PCHs/UHEs no mesmo rio (fragmentação, alteração de vazões, sedimentos e rotas de peixes migratórios)?

- Direitos de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (FPIC): Como será assegurada a Consulta Livre, Prévia e Informada (Convenção 169 da OIT), com poder real de veto social a projetos que afetem territórios, modos de vida e patrimônio cultural?
- Rios livres e áreas sensíveis: Quais salvaguardas impedem projetos em rios de fluxo livre, Unidades de Conservação, Terras Indígenas, áreas Ramsar e nascentes estratégicas?
- Emissões de GEE: Haverá contabilização obrigatória de metano e CO2 de reservatórios dessas represas durante os processos de licenciamento ambiental e leilões? Quais padrões e limites serão adotados?
- Metodologia de empregos e insumos: Por qual metodologia foram estimados os 60 mil empregos por GW e os volumes de aço e concreto? Serão publicados esses coeficientes, a distinção entre empregos temporários/permanentes e o balanço de emissões da cadeia de suprimentos como cimento, aço e transporte?
- Transparência sobre a carteira: Quando será publicada a lista completa de projetos com georreferenciamento (bacia, rio, município, coordenadas), status de licenciamento, outorgas e condicionantes?
- Custos sistêmicos e impactos tarifários: qual é a projeção de efeito sobre a tarifa considerando CAPEX, reforços de transmissão e reservatórios, em comparação a portfólios baseados em eficiência energética, armazenamento e geração eólica/solar?
- Governança e participação: Como e quando será aberta uma consulta pública ampla sobre a política de expansão hidrelétrica, com envolvimento da sociedade civil e comunidades afetadas?

III. NOSSAS SOLICITAÇÕES

- Publicação imediata (até 30 dias) do dossiê completo da carteira contratada e cadastrada, com localização precisa, estudos de risco climático, Avaliação Ambiental Estratégica - AAE e inventário de vazões ecológicas dos rios que serão afetados com esses projetos, bem o grau de suas conectividades. Inclusão também do caderno de demanda atualizado (PDE 2034) e do novo inventário hidrológico da EPE;
- Publicação de edição de Medida Moratória para novos certames/outorgas hidrelétricas em bacias críticas e rios livres, até que os órgãos ambientais e de gestão dos recursos hídricos incorporem em suas atividades e responsabilidades as Avaliações Ambientais Estratégicas – AAEs, bem como definição de áreas de exclusão, baseadas em biodiversidade, serviços ecossistêmicos e segurança hídrica;

- Inclusão de cláusulas obrigatórias de Consultas Livres, Prévias e Informadas - CLPI (Convenção 169/OIT) nos editais, com consentimento comprovado antes da contratação e possibilidade de cancelamento caso essa consulta não seja confirmada;
- Consulta prévia aos Planos de Bacias Hidrográficas e sobre as prioridades em relação ao uso da água, por região hidrográfica, comitês de bacias e, em casos de não haver comitês de bacias, aos Conselhos Estaduais ou Nacional de Bacias Hidrográficas;
- Exigência de padrões de vazão ecológica e conectividade nos licenciamentos, com monitoramento independente e publicação de seus dados;
- Inventário e contabilização de GEE, incluindo metano de reservatórios, como critério de elegibilidade em leilões;
- Revisão das métricas de empregos e insumos, com metodologia transparente e publicada, auditoria independente e definição de metas de geração de empregos locais qualificados em alternativas de menor impacto, como eficiência energética, solar e eólica de geração descentralizada distribuída e armazenamento e repotenciação das hidrelétricas existentes, sem a necessidade de novos projetos hidrelétricos;
- Plano de Portfólio de Menor Impacto: priorizar a expansão de eólica e solar, associadas às hidrelétricas como base de armazenamento, cobertura da demanda e modernização de usinas hidrelétricas existentes sem necessidade de construção de novas hidrelétricas, estabelecendo metas claras e cronograma público até 2030; e
- Diálogo estruturado com a sociedade civil e comunidades afetadas, voltado à construção de um Marco Nacional de Proteção de Rios, alinhado à segurança hídrica, à restauração de bacias hidrográficas e aos compromissos climáticos e de biodiversidade do Brasil. IV. COMPROMISSO PÚBLICO Reiteramos que os rios saudáveis constituem infraestruturas naturais essenciais para o abastecimento de água potável em quantidade e qualidade, para a agricultura, pesca, a preservação social e cultural, a dinâmica dos processos ecossistêmicos e o fortalecimento da resiliência climática. Solicitamos que o Governo Federal e as agências setoriais reavaliem as iniciativas de expansão hidrelétrica recente, à luz de alternativas mais seguras e econômicas, que sejam realmente renováveis, limpas, justas e inclusivas. Com mecanismos que garantam sua transparência, ciência, visando uma efetiva participação da sociedade civil, para suas vozes sejam ouvidas e seus direitos estejam no centro das decisões.

Assinam essa carta:

Aliança Volta Grande do Xingu

Associação Civil Alternativa Terrazul

Associação Córrego Barriguda e Cabeceiras do Rio das Almas - Mosaico de Unidades de Conservação da Serra dos Pireneus - ABRA

Associação para a Gestão socioambiental do Triângulo Mineiro - ANGÁ

Associação Sócio Cultural e Ambiental Fé e Vida
Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente - AIDA
Coalizão Pelos Rios
Coletivo de Mulheres do Xingu
Comitê de Energia Renovável do Semiárido – CERSA
Comitê Estudantil pelo Meio Ambiente – CEMA-UnB
Comitê Popular do Rio Paraguai/Pantanal
Cooperativa de Transporte Náutico dos Pilotos e Proprietários de Embarcações de Barreirinhas/Maranhão - COOPERNÁUTICA
Coordenação Geral da Articulação Nacional das Pastorais da Ecologia Integral do Brasil
Frente Nacional por uma Nova Política Energética - FNPE
Fundação Mais Cerrado
Fundação SOS Mata Atlântica
Grupo de Trabalho em Infraestrutura e Justiça Socioambiental – GT Infra
Grupo Edumite (Educação Mineração e Território -UFMG)
Instituto Gaia – Pantanal
International Rivers
Movimento Tapajós Vivo MTV
Movimento Xingu Vivo Para Sempre
Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santarém
Uma Gotinha no Oceano